

O 25 DE ABRIL E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL NO SÉCULO XX

Sílvia Sousa

NIPE, Universidade do Minho,

<https://orcid.org/0000-0002-1148-0754>

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.176.15>

Introdução

Os mercados de trabalho da Europa do Sul¹ tendem a ser caracterizados por baixas taxas de participação e de emprego das mulheres. Embora seja controversa a existência de um modelo específico que caracterize estes mercados de trabalho, é frequente considerar a presença de características semelhantes nos mercados de trabalho da Europa do Sul.

Contudo, no que diz respeito à participação das mulheres no mercado de trabalho, no último quarto do século passado, considerar a Europa do Sul de forma agregada, caracterizada por baixas taxas de

1 A Europa do Sul encontra-se definida na literatura com um conceito político-social que extravasa uma qualquer delimitação geográfica intrínseca, sendo identificada com o conjunto de países que inclui Portugal, Espanha, Itália e Grécia [ex. Ferrera, M. (1996), “The Southern Model of Welfare in Social Europe”, *Journal of Political Social Policy*, 6, 1, pp. 17-37].

participação, ignora ao facto da participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal ser cerca de 15 a 20 pontos percentuais mais elevada do que nos demais países deste grupo, num contexto em que não se observam diferenças significativas num conjunto alargado de indicadores socioeconómicos², incluindo as taxas de participação dos homens no mercado de trabalho. A excecionalidade da realidade portuguesa torna-se ainda mais interessante quando os fatores associados a uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho ou não estão presentes em Portugal ou não diferem dos observados nos outros países da Europa do Sul.

A importância de se compreender a participação das mulheres no mercado de trabalho nos diferentes países decorre do facto de diferenças nas taxas de participação serem relevantes na comparação internacional do nível e da distribuição do bem-estar (Phipps, 1993). No entanto, no caso dos países da Europa do Sul, compreender estas diferenças é particularmente interessante uma vez que os modelos empíricos existentes e as explicações económica e sociais para a elevada participação das mulheres não parecem fornecer uma resposta para a realidade da Europa do Sul ou de Portugal. De facto, a maioria dos fatores que normalmente explicam as elevadas participações das mulheres no mercado de trabalho, como no caso dos países escandinavos, não estão presentes em Portugal.

A hipótese de que a participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal estaria associada a uma menor participação dos homens não se verifica, como se pode observar no Quadro 1.

² Por exemplo: PIB *per capita*; despesa em proteção social; proporção de trabalho a tempo parcial; índice de desenvolvimento humano; número de mulheres em cargos de administração ou no governo.

Quadro 1 Indicadores do mercado de trabalho

	UE - 15	PT	ESP	ITA	GR
Tx de atividade (%)					
Total	67,8	72,4	61,3	58,4	63,0
Mulheres	57,8	63,5	47,3	43,9	47,4
Homens	77,9	82,1	75,6	73,1	80,0
Emprego (%)					
Total	60,5	67,5	48,6	51,3	56,7
Mulheres	50,6	58,6	33,9	36,6	40,1
Homens	70,6	77,1	63,5	66,2	74,8
Desemprego (%)					
Total	10,6	6,8	20,8	12,1	10,0
Homens	12,4	7,7	28,3	16,6	15,3
Mulheres	9,3	6,0	16,1	9,4	6,5

Fonte: European Commission (1999); dados relativos a 1997³.

No que diz respeito à participação no mercado de trabalho, não só Portugal apresenta uma taxa superior no caso das mulheres, como também no caso dos homens, em geral, não constituindo estes fator de destaque. Também a ideia de que a participação das mulheres no mercado de trabalho é superior devido a taxas de desemprego mais elevadas não constitui justificação, atendendo aos dados apresentados. De facto, os dados do emprego corroboram os dados da taxa de atividade e não são contrariados pelos dados do desemprego.

O facto deste fenómeno ser persistente ao longo do tempo torna-o ainda mais surpreendente. Olhando para os dados, desde meados dos anos 80, verificamos uma tendência crescente, assim como uma tendência para alguma convergência. Contudo, atualmente, ainda se verificam diferenças significativas.

Ao longo deste texto abordar-se-á a participação das mulheres no mercado de trabalho, em particular, na Europa do Sul, com destaque para a realidade portuguesa. Em termos temporais, o fenómeno é analisado, em particular, no último quarto do século passado. Serão

³ A análise empírica micro baseia-se num conjunto de diferentes fontes de informação, sendo o ano de 1997 o período comum dos dados disponíveis, pelo que os anos 90 será o período predominantemente analisado ao longo deste trabalho.

apresentadas as principais tendências e explorados possíveis fatores explicativos da participação das mulheres no mercado de trabalho, em geral, e da especificidade da situação de Portugal, em particular.

A proposta de abordagem macro, baseada em séries temporais recua aos anos 60, terminando no final do século passado. Esta abordagem é, posteriormente, complementada com a análise de um conjunto de dimensões micro, neste último caso, numa perspetiva comparada, no contexto da Europa do Sul, focando-se no final dos anos 90.

Os resultados sugerem possíveis acontecimentos e fatores que poderão estar na origem da peculiaridade portuguesa em matéria de taxas de participação feminina no mercado de trabalho, que ainda hoje, de alguma forma, persiste, com destaque para a *Revolução de Abril*.

1. Participação das mulheres no mercado de trabalho: tendências e explicações

Uma das mais distintivas características dos mercados de trabalho da maioria dos países desenvolvidos, no último século, tem sido o aumento dramático das mulheres na força de trabalho (Cousins, 2000; Killingsworth e Heckman, 1986; Marques e Pereira, 1995). Desde os anos 60, na maioria dos países desenvolvidos, têm-se observado aumentos significativos nas taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho. Adicionalmente, a evolução ao longo do tempo sugere que, em geral, nos anos 70 e 80, a maioria dos países registaram aumentos consistentes das taxas de participação. Durante os anos 90, contudo, a evolução nos países europeus apresentou uma maior diversidade (Daly, 2000). Enquanto nos países da Europa do Sul a tendência crescente continuava presente, ainda que a um ritmo menor, nos países mais a norte da Europa a tendência verificada era de declínio. Independentemente desta evolução, o posicionamento relativo dos países europeus em matéria de taxas de participação no mercado de trabalho permaneceu praticamente inalterado.

No final dos anos 90, a comparação das taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho na Europa apresentava uma elevada dispersão, variando entre mais de 70% nos países escandinavos e menos de 50% nos países do Sul, com exceção de Portugal (ver Quadro 2).

Quadro 2 Emprego e Atividade das mulheres

	Taxa de emprego (%)	Taxa de atividade (%)
Dinamarca	73,3	78,2
Suécia	67,2	73,2
Reino Unido	64,1	67,9
Finlândia	62,0	70,4
Áustria	60,1	63,7
Portugal	59,9	64,0
Países Baixos	56,6	59,8
França	53,6	62,1
Alemanha	53,6	59,9
Bélgica	47,7	54,1
Irlanda	47,4	51,4
Luxemburgo	43,7	45,7
Grécia	41,3	49,8
Itália	37,3	44,8
Espanha	35,2	47,9
EU-15	51,2	58,1

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey, 1998, *in* Cousins (2000, p. 101); dados relativos a 1998.

Daly (2000) ressalva, contudo, o facto da taxa de participação não ser, *per se*, um bom indicador do envolvimento das mulheres no mercado de trabalho, propondo que se tenha em consideração o grau de participação. Esta proposta é particularmente relevante nos casos em que as taxas agregadas de participação das mulheres ocultam graus de envolvimento menores, decorrentes, por exemplo, de menos horas de trabalho ou de trabalho descontinuado. Quando se tem em conta as mulheres empregadas a tempo parcial, comparativamente com mulheres empregadas a tempo inteiro, o *ranking* dos países permanece inalterado:

os países com taxas mais elevadas de participação das mulheres no mercado de trabalho também apresentam uma maior proporção de mulheres a trabalhar a tempo parcial. Mais uma vez, Portugal destaca-se como exceção. Embora Portugal não possa ser incluído no grupo dos países da Europa do Sul, com base na sua taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, a proporção de mulheres empregadas a tempo parcial é semelhante à desses países. Considerar o trabalho a tempo inteiro e a tempo parcial não implica necessariamente uma maior precisão, dado o número de horas continuar a poder diferir. Assim que se tem em consideração o número de horas que as mulheres, de facto, trabalham, Portugal, Dinamarca e França passam a liderar. A padronização da participação das mulheres no mercado de trabalho pelo número de horas de facto trabalhadas tem, consequentemente, implicações significativas (Daly, 2000).

Resumindo, há um grupo de países, basicamente os países escandinavos, que apresentam uma participação das mulheres no mercado de trabalho elevada em termos de volume e continuidade do emprego. Quando a dimensão do trabalho a tempo parcial e o grau de participação são tidos em consideração, França e Portugal também podem ser incluídos neste grupo de elevada participação das mulheres. No outro extremo, apresentando um baixo nível de participação das mulheres na força de trabalho, encontra-se o grupo formado pelos países do sul da Europa, com exceção de Portugal.

O aspeto interessante e a destacar deste exercício comparativo é o facto de Portugal, embora sendo um país da Europa do Sul, poder ser agrupado com os países escandinavos, colocando-o no extremo oposto do *ranking* dos países, baseado nos indicadores de emprego das mulheres, comparativamente aos países da Europa do sul.

As explicações para a participação das mulheres na força-de-trabalho, em geral, e para as diferenças entre países, podem ser divididas em dois grandes grupos: explicações do lado da procura, e explicações do lado da oferta (Daly, 2000). Do lado da procura, surgem fatores como o trabalho a tempo parcial, a grande dimensão do setor terciário e do setor público. Quer nos países escandinavos e, exceto no que

diz respeito ao setor público, nos países da Europa do Sul, as taxas de participação são consistentes com todos estes factos estilizados, com duas exceções: Portugal e Finlândia. Nestes dois países, a elevada taxa de participação das mulheres coexiste com o pouco peso do trabalho a tempo parcial e um setor relativamente pequeno de serviços. Do lado da oferta, Daly (2000) considera as políticas públicas de apoio à família, incluindo a disponibilidade de creches, que afetam as decisões de trabalhar das mães, políticas públicas de apoio à velhice, políticas fiscais e o tratamento dos rendimentos dos cônjuges. No início dos anos 90, nos países escandinavos, já existiam políticas públicas que constituíam incentivos para as mães permanecerem no mercado de trabalho, associadas a trabalho a tempo parcial. Já nos países da Europa do Sul a escolha era limitada (quando existia) a licenças de parentalidade remuneradas, observando-se uma grande escassez de creches e jardins de infância públicos (ver Quadro 3).

Quadro 3 Políticas públicas de apoio à família

	Confiança nas políticas (Grau de escolha)	Emprego das mulheres com filhos com idades entre os 0-10 (%)	Emprego das mulheres com filhos com idades entre os 0-10, a tempo parcial (%)
Suécia	Elevado	76	53
Dinamarca	Elevado	74	35
Finlândia	Elevado	65	15
Grécia	Baixo	43	5
Itália	Baixo	43	12
Portugal	Baixo	71	11
Espanha	Baixo	36	14

Fonte: Daly (2000, p. 490, Table 10.2); dados relativos a 1993.

Logo, nestes países, face à também reduzida disponibilidade de empregos a tempo parcial, as taxas de emprego das mães com filhos pequenos são menores. Mais uma vez, Portugal destaca-se por ser exceção. Não obstante a reduzida oferta de respostas de apoio à infância e de emprego a tempo parcial, no início dos anos 90, o emprego das

mães é superior à média observada nos países escandinavos (ver Quadro 3 e Quadro 4).

Quadro 4 Emprego a tempo parcial (% do emprego total)

	EU-15	PT	ESP	IT	GR
Total	16,9	9,9	8,2	7,1	4,6
Mulheres	31,2	15,0	17,4	13,7	8,1
Homens	5,7	5,7	3,2	3,3	2,6

Fonte: European Commission (1999); dados relativos a 1997.

Segundo Cousins (2000), Portugal destaca-se como o país onde a maternidade menos afeta as taxas de participação das mulheres. De facto, as taxas de participação aumentam com o nascimento do primeiro filho (ver Quadro 5).

Quadro 5 Atividade das mulheres por número de filhos (%)

	PT	ESP	ITA	GR
0 filhos	73	67	63	65
1 filho	79	59	56	58
2 filhos	76	53	48	55
3 ou mais filhos	60	45	37	47

Fonte: Eurostat (1999); dados relativos a 1996

Nota: Mulheres com idades entre os 20-45. Crianças com 15 anos ou menos.

A ausência de empregos a tempo parcial parece ter sido ultrapassada com o apoio da família, particularmente das avós, uma prática potencialmente inibidora de uma maior mobilidade geográfica.

A responsabilidade de cuidar dos idosos ou de outros familiares adultos dependentes recai, geralmente, sobre as mulheres, afetando a sua participação no mercado de trabalho, em particular no escalão etário dos 50 aos 64 anos. Este aspeto torna-se ainda mais relevante, dada a evolução demográfica, i.e., dado o envelhecimento generalizado da população no continente europeu. Neste caso, políticas públicas

direcionadas para os mais idosos podem promover a participação das mulheres no mercado de trabalho. Reportando-me, mais uma vez, ao final do século passado, quando analisada a associação entre despesa em serviços para os idosos (em percentagem do PIB) e a taxa de participação das mulheres com mais de 50 anos, Portugal destaca-se, mais uma vez, por combinar uma despesa baixa com uma participação elevada (Daly, 2000).

Embora a relação entre o sistema fiscal e a participação das mulheres no mercado de trabalho não seja tão clara como entre políticas públicas e participação feminina, a fiscalidade tende a ganhar importância em países onde a última relação não parece ser relevante para a decisão de trabalhar, como no caso de Portugal. Adicionalmente, outros fatores relacionados com o mercado, como, por exemplo, o salário, diferenças salariais e custos não salariais, ou fatores relacionados com o ambiente familiar, neste caso, a educação, o bem-estar das crianças e da família em geral, podem ajudar a compreender este *puzzle* associado à participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal.

Este conjunto de fatores, sugere que Portugal, dada a sua realidade económica e social, deveria apresentar taxas de participação feminina no mercado de trabalho baixas. Recorde-se que os fatores que explicam a diversidade de taxas de participação na Europa ou as taxas de participação elevadas nos países escandinavos, em geral, não se encontram presentes em Portugal.

2. Explicar a participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal: uma abordagem macroeconómica⁴

Numa perspetiva macroeconómica, baseada em séries temporais demográficas e do mercado de trabalho, é possível constatar que diferentes medidas da participação das mulheres no mercado de trabalho (por exemplo, rácio entre a força de trabalho feminina e a força de trabalho total; rácio entre a força de trabalho feminina e a população

⁴ Esta secção baseia-se no trabalho realizado aquando do doutoramento da autora, no âmbito dos requisitos de conclusão do primeiro ano, em 2001, não fazendo, contudo, parte da sua dissertação.

feminina total ou a população feminina com idades entre os 15 e os 64 anos) apresentam a mesma tendência de evolução, com uma quebra de estrutura em 1974, sugerindo que o *25 de Abril* terá sido determinante para os elevados valores de participação das mulheres no mercado de trabalho que se observam em Portugal e que se destacam do resto da Europa do Sul.

De facto, olhando para os valores registados em Portugal no início dos anos 60, as taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho eram idênticas, se não inferiores às dos demais países da Europa do Sul. O aumento dramático registado em 1974, contribuiu para o hiato entre Portugal e a Europa do Sul, posicionando o país, em matéria de participação das mulheres no mercado de trabalho, mais perto dos países da Europa Central e até dos países escandinavos⁵. Efetivamente, o aumento observado em 1974, mesmo com reservas relativamente ao seu valor exato, sugere que os acontecimentos que precederam o *25 de Abril*, designadamente os fluxos de emigração para a Europa Central, motivados por razões económicas e políticas, ou para África, ao serviço de uma guerra colonial dispersa por diferentes territórios, não terão produzido o mesmo impacto na participação das mulheres no mercado de trabalho, assim como importantes eventos que ocorreram após o *25 de Abril*, no contexto de construção de uma União Europeia, como por exemplo a adesão de Portugal à CEE, em 1986, ou a concretização de um mercado interno com a livre circulação de pessoas, em 1992.

O exercício de procurar nas séries temporais os fatores identificados na literatura como contribuindo para o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e a explicação para a quebra de estrutura observada na série da participação feminina no mercado de trabalho em Portugal, revelou-se insuficiente para constituir uma explicação para o aumento observado. Entre as séries temporais analisadas, encontram-se séries de fluxos migratórios,

⁵ Note-se que o processo de recolha de informação durante este período (anos 60 e 70) sofreu alterações que suscitam alguma reserva na análise dos valores exatos do aumento observado em 1974, não nos parecendo com impacto suficiente para anular o aumento registado.

justificados pelo facto de o emigrante típico ser homem, jovem e, logo, em idade de trabalhar, assim como decorrentes do envolvimento do país numa guerra colonial que também se traduziu na saída de homens jovens do país, ao serviço da guerra. Estas saídas sugerem uma necessidade, tal como aconteceu em outros contextos de emigração e de guerra, de um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, decorrente de uma maior escassez de mão de obra masculina.

Quando um país está em guerra existe uma necessidade permanente de recrutar novos soldados e, logo, a maior parte dos homens em condição de ser recrutado sê-lo-á. Por outro lado, quando a guerra termina, esta necessidade desaparece, traduzindo-se numa redução do número de militares. Após 1974, observou-se uma redução do número de militares em Portugal, mesmo num contexto de serviço militar obrigatório⁶, sugerindo um subsequente aumento da disponibilidade de mão-de-obra masculina e, uma redução da participação das mulheres no mercado de trabalho. Esta redução na participação das mulheres, contudo, não aconteceu, mantendo-se aliás uma tendência crescente, sendo o eventual excesso de mão-de-obra acomodado por desemprego.

Um outro fator tipicamente associado a taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho elevadas está relacionado com o desenvolvimento económico, em particular, o crescimento do setor dos serviços e do setor público. Na segunda metade dos anos setenta, observou-se um aumento do investimento público, assim como uma expansão do consumo público. Também por essa altura Portugal regista um processo de terciarização da sua economia que se reflete no desenvolvimento do setor do comércio e serviços, com destaque para o turismo, serviços comunitários, sociais e pessoais e atividades financeiras, contudo, o maior aumento viria a acontecer, de facto, mais tarde e não em 1974.

Como referido, o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho remonta a 1974, altura em que se observa um

⁶ Mais uma vez, limitações ao nível dos dados, quer em termos de disponibilidade, quer em termos de serem oriundos de diferentes fontes, sugerem cautelas na quantificação exata do fenómeno.

aumento significativo na série temporal. Este aumento, ainda que suscite reservas na sua quantificação precisa, não pode ser ignorado e sugere que a sua explicação poderá estar associada a uma mudança de regime, provocada pelo 25 de Abril. De facto, a análise de séries que, ainda que com limitações, traduzem fatores associados ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, permite concluir que estes não explicam o fenómeno em Portugal ou porque são de alguma forma absorvidos pelo choque que a revolução representou ou porque os seus impactes dispersam-se no tempo. A abordagem macro de natureza quantitativa, baseada em séries temporais, não aparenta conseguir capturar a complexidade dos efeitos da revolução. Qualquer tentativa de reduzir este impacto, com base em outros fatores, demonstra-se inconsequente. A maior participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal, no contexto da Europa do Sul, que ainda hoje se observa, remonta ao 25 de Abril. Já os mecanismos, numa perspetiva económica, que provocaram e sustentam esse aumento ainda estão por consensualizar.

3. Quem são as mulheres que trabalham em Portugal e não trabalhariam noutro país da Europa do Sul? Uma abordagem microeconómica

A maioria dos estudos que procura explicar a participação das mulheres no mercado de trabalho, no último quarto do século passado, adotam abordagens históricas ou sociológicas⁷. Contudo, uma parte significativa da literatura empírica na área da Economia do Trabalho baseia-se em características e/ou comportamento individuais, quer das empresas, quer dos trabalhadores, na explicação dos factos relacionados com o mercado de trabalho, incluindo as decisões de oferecer força de trabalho, i.e., de participar no mercado de trabalho.

Ainda focada no mesmo período, a análise microeconómica, de natureza quantitativa, baseia-se em dados *cross-section* do *European*

⁷ Alguns exemplos de estudos que abordam a participação feminina no mercado de trabalho, neste período, em Portugal, são: André e Feio (2000); Caillods e Rocha (1988); Carreiras (1998); CGTP_IN (1998); Cousins (2000); Marques e Pereira (1995); Nunes (1990) e Rodrigues (1985).

Community Household Panel (ECHP), do qual foi selecionada informação para os países da Europa do Sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), para o ano de 1997⁸. Inicialmente, foram analisadas as taxas de participação e emprego nos quatro países, permitindo corroborar a existência de taxas de participação femininas (e masculinas) mais elevadas em Portugal, também numa perspectiva micro (ver Quadro 6).

Quadro 6 Emprego e Atividade (%)

	PT	ESP	ITA	GR
Taxa atividade - mulheres	60	44	47	48
Taxa atividade - homens	81	77	77	70
Emprego - mulheres	53	32	38	39
Emprego - homens	76	64	60	72

Fonte: European Commission/Eurostat, ECHP, wave 4; dados relativos a 1997.

Foram então selecionados os fatores potencialmente correlacionados com a participação das mulheres no mercado de trabalho, com base na literatura existente à data sobre o tema. De facto, durante os anos 80 e o início dos anos 90, foram publicados diversos estudos que abordaram a participação das mulheres no mercado de trabalho⁹. A maioria dos estudos considera que a idade inicialmente tem um impacto positivo e posteriormente negativo, a educação tem um impacto positivo e o facto de ser casada, a presença de filhos ou idosos no agregado familiar e a existência de outras fontes de rendimento têm impacto negativo. Em alguns casos, fatores como a taxa de desemprego dos homens e das mulheres, a condição dos homens perante o trabalho e o número de horas de trabalho dos homens¹⁰,

8 A escolha do ano 1997 baseou-se no facto deste ano coincidir com o período coberto pelo *Fertility and Family Survey*, utilizado para aprofundar alguns dos resultados obtidos.

9 Exemplos de estudos considerados: Arellado e Bover (1994); Charlier (1994); Colombino e De Stavola (1985); Dolton e Makepeace (1990); Iglesias e Riboud (1985); Killingsworth e Heckman (1986); Lázaro, Moltó e Sánchez (1997); e Phipps (1993).

10 Alguns estudos concentraram-se nas mulheres casadas, suscitando a inclusão de variáveis relativas aos cônjuges.

a raça, o peso dos setores económicos e os salários¹¹ também foram considerados.

Assim, no seguimento do considerado na literatura, na presente análise, foram inicialmente selecionadas as seguintes variáveis: idade¹²; educação¹³; estado civil¹⁴; presença de crianças no agregado familiar¹⁵; número de crianças¹⁶; e outras fontes de rendimentos¹⁷. Adicionalmente, foi introduzido o quadrado da idade das mulheres, com base na hipótese de que a relação da participação das mulheres no mercado de trabalho com a idade é não linear, ou seja, a participação aumentará com a idade até um determinado ponto, a partir do qual tenderá a estabilizar ou mesmo a diminuir.

Com base na estatística descritiva (ver Quadro 7), pode observar-se que a amostra da população feminina na Europa do Sul é relativamente semelhante. Note-se, contudo, o menor nível de educação das mulheres em Portugal, comparativamente aos de outros países, assim como a maior proporção de agregados familiares com crianças e o maior número de crianças neste país, o que sugere uma menor taxa de participação. Finalmente, também se observa um menor rendimento médio decorrente de outras fontes de rendimento, o que favorece uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal.

11 A inclusão de variáveis relativamente ao salário verifica-se em estudos em que a participação no mercado de trabalho coincide com o estar empregada.

12 Apenas foram consideradas mulheres com idades entre os 15 e 64 anos.

13 Foram considerados quatro níveis de educação: nível 1 – ainda na escola; nível 2 – menos do que o segundo nível da educação secundária; nível 3 – segundo nível da educação secundária; e nível 4 – terceiro nível de educação reconhecido.

14 Foi criada uma variável binária que toma o valor 1 caso a mulher seja casada. No âmbito da informação disponível no ECHP, não é possível ter informação sobre coabitação, que seria mais interessante para o que se pretende da análise.

15 Foi criada uma variável binária que toma o valor 1 caso existam crianças no agregado familiar.

16 O número de crianças no agregado familiar foi obtido através da dedução do número de indivíduos com idades superiores a 14 anos no número total de indivíduos do agregado familiar. Atendendo a que a participação das mulheres no mercado de trabalho nos diferentes países da Europa do Sul pode variar de forma diferente com o primeiro filho ou com os filhos subsequentes, tal sugere a relevância de se ter em consideração o número de filhos e não apenas a sua presença.

17 O valor das outras fontes de rendimentos foi calculado deduzindo ao rendimento total do agregado familiar o rendimento salarial da mulher. A informação sobre rendimentos refere-se ao ano anterior, em termos reais e em paridade de poder de compra, e os valores encontram-se divididos por 1000.

Assumindo um modelo neoclássico de oferta de trabalho como enquadramento teórico, foram estimados modelos *probit* para a oferta de trabalho feminino em cada um dos países da Europa do Sul, baseados nas características individuais das mulheres.

Dos resultados obtidos (Quadro 8), salienta-se o facto de ser casada não estar correlacionado com a participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal, ao contrário do observado nos outros países, onde ser casada reduz a probabilidade de participar no mercado de trabalho. Também os impactos marginais de existirem crianças no agregado familiar e o número de crianças diferem entre países. Quando se tem em consideração as duas variáveis, o impacto marginal de uma criança adicional na probabilidade de se participar no mercado de trabalho é transversalmente negativo¹⁸. Neste contexto, em geral, a presença de crianças deixa de ser importante, sugerindo que o impacto negativo da maternidade na participação das mulheres no mercado de trabalho estará a ser capturado pelo número de crianças.

Mais uma vez, Portugal é exceção, apresentando uma combinação interessante de um impacto negativo do número de crianças com um impacto positivo da presença de crianças. De facto, a dimensão deste último impacto (positivo) mais do que compensa o primeiro (negativo), sugerindo um impacto positivo da maternidade, em Portugal, nos casos em que apenas existe uma criança no agregado familiar, i.e., com o primeiro filho. Este resultado, ainda que excepcional no contexto da Europa do Sul, não é surpreendente, corroborando os dados macro já apresentados, que sugerem que a participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal aumenta com o primeiro filho (ver Quadro 5) e com os resultados encontrados em Cousins (2000). Martins (2001) também encontra resultados semelhantes utilizando métodos de estimação e dados diferentes. À medida que o número de filhos aumenta, a maternidade tem, também em Portugal,

¹⁸ Note-se que embora o coeficiente estimado para Portugal seja superior, em termos absolutos, ao estimado para Espanha e Grécia, não é estatisticamente diferente dos coeficientes estimados para os demais países da Europa do Sul.

Quadro 7 Caraterísticas individuais das mulheres- estatística descritiva

	PT	ESP	ITA	GR
Idade	39,64 (14,24)	37,92 (13,96)	39,41 (13,32)	37,7 (13,96)
Idade ao quadrado	1774,19 (1153,58)	1632,4 (1116,14)	1730,57 (1056,02)	17711,32 (1136,77)
Educação (nível)	2,20 (0,51)	2,53 (0,74)	2,44 (0,66)	2,55 (0,79=
Educação (nível=1)	0,01	0,00	0,03	0,03
Educação (nível=2)	0,83	0,62	0,55	0,55
Educação (nível=3)	0,12	0,23	0,35	0,26
Educação (nível=4)	0,04	0,15	0,06	0,16
Estado civil	0,64	0,60	0,65	0,69
Presença de crianças	0,32	0,29	0,29	0,28
Número de Crianças	0,55 (0,88)	0,51 (0,81)	0,43 (0,73)	0,50 (0,82)
Outras fontes de rendimento	12,23 (9,21)	16,56 (14,10)	16,53 (11,24)	12,28 (10,49)
Observações	4425	5819	6560	4291

Fonte: European Commission/Eurostat, ECHP, wave 4; dados relativos a 1997.

Nota: (desvio-padrão).

Quadro 8 Características individuais e participação no mercado de trabalho das mulheres

	PT	ESP	ITA	GR
Idade	0,17 (0,01)***	0,21 (0,01)***	0,22 (0,01)***	0,18 (0,01)***
Idade ao quadrado	-0,001 (0,0001)***	-0,002 (0,0001)***	-0,002 (0,0001)***	-0,001 (0,0001)***
Educação (nível=2)	0,29 (0,25)	0,56 (0,61)	0,62 (0,13)***	0,13 (0,13)
Educação (nível=3)	0,65 (0,25)***	0,70 (0,61)	1,13 (0,14)***	0,37 (0,13)***
Educação (nível=4)	1,99 (0,31)***	1,63 (0,61)***	1,75 (0,15)***	0,94 (0,14)***
Estado civil	0,04 (0,05)	-0,48 (0,05)***	-0,45 (0,05)***	-0,30 (0,06)***
Presença de crianças	0,23 (0,07)***	-0,09 (0,07)	0,11 (0,08)	-0,12 (0,09)
Número de Crianças	-0,17 (0,04)***	-0,11 (0,04)***	-0,22 (0,05)***	-0,09 (0,05)**
Outras fontes de rendimento	-0,009 (0,002)***	0 (0,001)***	0 (0,002)***	-0,009 (0,002)***
Constante	-2,57 (0,3)***	-3,66 (0,62)***	-3,94 (0,23)***	-2,6 (0,22)***
Observações	4425	5819	6560	4291

Fonte: European Commission/Eurostat, ECHP, wave 4; dados relativos a 1997. Nota: Efeitos marginais; Nível de educação =1 – categoria de referência; * nível de significância 90%; ** nível de significância 95%; *** nível de significância 99%.

o impacto negativo esperado na participação das mulheres no mercado de trabalho, resultado que pode estar associado a um maior custo de oportunidade de trabalhar, traduzido, por exemplo, em custos superiores com creches ou com outras alternativas de cuidados na primeira infância.

Adicionalmente, outros estudos (por ex. Torres *et al.*, 2001), sublinharam a tendência para o estado civil e o número de crianças não terem impacto na participação no mercado de trabalho. Os resultados obtidos para Portugal, comparativamente aos dos demais países da Europa do Sul, sugerem que as reações ao casamento e à maternidade podem ser relevantes para as diferenças nas taxas de participação feminina observadas nos diferentes países.

Relativamente às restantes variáveis, os valores estimados são, em geral, estatisticamente significativos e com o impacto marginal esperado na participação das mulheres no mercado de trabalho. No caso da educação, em geral, os resultados corroboram a ideia de que a participação aumenta com o nível de educação, sendo importante notar que a observação de taxas mais elevadas em Portugal é transversal aos níveis de educação, nos dados analisados.

Embora os resultados obtidos constituam um importante contributo para a explicação das diferenças nas taxas de participação na Europa do Sul, também suscitam um conjunto de questões, designadamente no que diz respeito aos mecanismos que conduzem a tais resultados. No sentido de aflorar estas questões, foram identificados potenciais fatores associados ao casamento e à maternidade: a importância de um segundo rendimento; a política fiscal; a oferta de creches e outras respostas análogas; e o emprego no setor primário.

O argumento de que as mulheres trabalham em Portugal porque o agregado familiar precisa de um segundo rendimento para poder fazer face às suas despesas correntes não é consensual. Por um lado, os baixos salários pagos em Portugal podem contribuir para explicar a participação das mulheres, atendendo a que mulheres que coabitam com trabalhadores não qualificados tendem a não permanecer em casa, mas, por outro lado, embora a compensação material seja o

aspecto mais importante na decisão das mulheres de trabalhar, entre as mulheres com educação mais elevada, o trabalho em si é o fator mais relevante (Torres *et al.*, 2001). Se a compensação material é relevante para as mulheres com outras fontes de rendimento no extremo inferior da distribuição de rendimentos, estas deveriam reagir com uma maior probabilidade de participar no mercado de trabalho. No sentido de capturar este potencial impacto, foi construído um “indicador de pobreza”, traduzido por uma variável binária que toma o valor 1 se os outros rendimentos do agregado familiar forem inferiores ao percentil quarenta da distribuição de rendimentos.

De acordo com Daly (2000), entre os países da Europa do Sul, apenas a Grécia aparenta encorajar a participação no mercado de trabalho do segundo membro do casal através do sistema fiscal. Como já referido, a relação entre o sistema fiscal e a participação das mulheres no mercado de trabalho não é direta ou clara quando se tem em considerações determinadas políticas públicas. Ainda assim, os impostos sobre os rendimentos podem ajudar a explicar a participação no mercado de trabalho nos casos em que esta aparente ser independente da oferta de creches/jardins de infância ou de respostas para os idosos (Daly, 2000). Sistemas fiscais que penalizam menos o segundo rendimento reduzem o custo de oportunidade de o cônjuge participar no mercado de trabalho e, logo, estarão associados a uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho. De forma a ter em conta este aspeto, ainda que indiretamente, considerou-se a variável *net/gross* fornecida pelo ECHP, que toma o mesmo valor para todos os membros e componentes brutas dos rendimentos de um determinado agregado familiar.

A oferta de respostas para a primeira infância em Portugal é semelhante, neste período, à existente nos outros países da Europa do Sul, sendo muito reduzida para, de facto, ser alvo de avaliação quanto à sua eficácia ou cobertura (Daly, 2000). Também a nível macro, não se observaram diferenças significativas entre os países em termos de despesa social em percentagem do PIB (Silva, 2002). A oferta de creches e afins pode ser interpretada como uma redução do custo de

oportunidade de participar no mercado de trabalho (Costa, 2000), ainda que nem sempre seja suficiente para permitir essa participação. Frequentemente, a percepção das mães relativamente à qualidade e ao custo são importantes na escolha entre uma resposta formal (pública ou privada) e uma solução informal no contexto familiar (Jacobsen, 1998). A expectativa, no entanto, é que a correlação entre respostas de apoio à infância e a participação das mulheres seja positiva.

Este fator foi capturado através da construção de uma variável binária que toma o valor 1 se quem toma regularmente conta das crianças do agregado familiar é alguém que não os seus pais ou guardião, seja em casa, seja fora de casa; e de uma variável resultante da sua interação com o número de crianças no agregado familiar, por forma a aferir a importância de existir mais do que uma criança no agregado. Finalmente, motivado pelo facto de vários estudos terem procurado ligar a participação das mulheres no mercado de trabalho com o emprego das mulheres no setor agrícola, procurou-se captar a importância deste emprego. Por um lado, há evidência de que a participação das mulheres diminui quando há contrações no setor agrícola (Costa, 2000). Há ainda evidência de que quando empregadas no setor agrícola, as mulheres consideram mais simples conciliar a sua vida familiar e profissional.

Num estudo sobre famílias e redes de apoio em Portugal (Wall *et al.*, 2001), muitas mulheres trabalhadoras, particularmente, com baixos níveis de educação, indicaram que a principal forma das crianças serem cuidadas era “ficarem com a mãe”. Quando verificado o seu grupo social, um número significativo trabalhava em negócios ou propriedades agrícolas familiares. Neste contexto, a expectativa é que países com setores primários mais relevantes em termos de emprego apresentem uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Este argumento foi considerado através da introdução de uma variável binária que toma o valor 1 se o indivíduo trabalha no setor primário; e de uma variável resultante da sua interação com o número de crianças no agregado familiar, por forma a aferir a importância de existir mais do que uma criança no agregado (ver Quadro 9).

Quadro 9 Variáveis adicionais – estatística descritiva

	PT	ESP	ITA	GR
Indicador de pobreza	0,32	0,30	0,30	0,25
Net/Gross	0,80 (0,18)	0,79 (0,18)	0,76 (0,17)	0,85 (0,17)
Creches e afins (uso)	0,10	0,06	0,08	0,06
Sector primário	0,10	0,02	0,02	0,08
Observações	4425	5819	6560	4291

Fonte: European Commission/Eurostat, ECHP, wave 4; dados relativos a 1997.

Nota: (desvio-padrão).

Procedeu-se à estimação da probabilidade de participação das mulheres nos vários países da Europa do Sul, com este conjunto adicional de variáveis, introduzindo as variáveis progressivamente e separando, em dois modelos, a inclusão das variáveis de interação.

Os resultados obtidos¹⁹, quando introduzidas as variáveis que afetam os rendimentos, sugerem que a hipótese relativa à importância do rendimento adicional é válida em todos os países, sendo particularmente relevante na Grécia, não contribuindo assim para explicar a exceção da participação das mulheres em Portugal. Quanto ao potencial impacto do sistema fiscal, os resultados apenas se afiguram significativos no caso de Espanha e Itália, e contrariam a hipótese, ou seja, um rendimento líquido superior está associado a uma menor participação. Há que lembrar que a relação não é óbvia, como já referido e, eventualmente, a variável escolhida poderá não ser a mais adequada.

Quando se introduz a variável relativa aos cuidados das crianças, as estimativas apontam para um impacto positivo transversal a toda a Europa do Sul. O impacto da variável de interação apenas é positivo e estatisticamente significativo em Portugal, sugerindo que

¹⁹ Optou-se por não se reportar o conjunto de tabelas de resultados, privilegiando a sua descrição.

o impacto marginal de uma criança adicional é positivo para os que recorrem a cuidados formais, comparativamente aos que não recorrem a estes cuidados, neste país.

Finalmente, o impacto do peso do setor primário está em linha com o esperado, sugerindo que é mais fácil conciliar a vida profissional com a familiar quando se trabalha neste setor. Os resultados demonstram uma importância transversal, mais relevante na Grécia e menos relevante em Portugal. A variável de interação revelou-se não ser estatisticamente significativa.

Os regressores que repetem dos modelos iniciais mantêm a sua relevância, sendo os resultados qualitativamente idênticos. Note-se, contudo, que quando se controla para o uso regular de creches e afins, as crianças continuam a ser menos penalizadoras em termos de participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal do que no resto da Europa do Sul, ainda que o seu impacto, incluindo o do primeiro filho, passe a ser negativo também em Portugal.

Um resultado que permanece robusto em todas as especificações é o facto de o casamento não ter qualquer impacto na probabilidade de participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal, ao contrário do que se observa nos demais países da Europa do Sul. Este resultado é consistente com o do estudo que identifica duas características distintivas do mercado de trabalho em Portugal: diferenciais salariais significativos entre homens e mulheres; e o facto do estado civil das mulheres assim como o número de filhos não influenciar o número de horas trabalhadas (Torres *et al.*, 2001). Nesse mesmo estudo, são propostas duas explicações: a necessidade de dois rendimentos na família (o que sendo corroborado no presente trabalho, não é distintivo de Portugal); e razões sociais e culturais.

Em termos sociais, no âmbito de uma abordagem de natureza qualitativa, conclui-se que as mulheres em Portugal “*believe that a job is a source of sociability and a measure of attaining indispensable social identity, [...] it is not only a help towards improving the family’s living conditions but acts as a way of increasing woman’s bargaining power*”

withing the partnership or relationship”²⁰. Numa dimensão cultural, é sugerido que “*it may be said today, that it has become unpopular to defend the ideia that women should limit their activity to home and family*”²¹, visão decorrente dos ideais de igualdade preconizados pelo 25 de Abril. Adicionalmente, vários estudos concluem que a transmissão intergeracional de comportamentos é importante. O facto de as mães participarem no mercado de trabalho em Portugal tem uma influência positiva inquestionável nas taxas de participação das suas filhas (Torres *et al.*, 2001).

Conclusão

O principal argumento para a elevada taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal é a história recente do país: uma combinação complexa de fatores políticos, sociais e económicos que criaram condições para as mulheres entrarem e permanecerem no mercado de trabalho. Resumidamente, estes fatores abarcam: fluxos migratórios durante os anos 60; a guerra colonial e a partida de homens jovens para África; o 25 de Abril de 1974 e as mudanças institucionais que lhe sucederam; choques europeus, com destaque para a adesão de Portugal à CEE (1986) e o mercado único (1992); e o padrão de desenvolvimento da economia portuguesa.

A prossecução de uma abordagem macroeconómica, baseada em séries temporais, que considerasse esses fatores revelou-se não isenta de problemas, desde logo ao nível da disponibilidade e qualidade dos dados, sugerindo que a sua viabilidade implicaria necessariamente um forte investimento num processo de reconstrução de séries temporais. Contudo, não deixou de permitir destacar a importância do 25 de Abril no fenómeno da participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho.

Estas dificuldades motivaram uma abordagem microeconómica com o objetivo de identificar eventuais características e/ou comportamentos individuais distintivos das mulheres portuguesas,

20 In Torres *et al.* (2001, p. 36).

21 In Torres *et al.* (2001, p. 36).

que se traduzissem numa maior participação destas no mercado de trabalho em Portugal, assim como identificar especificidades de cada país passíveis de ser capturadas com dados micro. Numa primeira fase da análise, os resultados apontam para comportamentos distintivos das mulheres portuguesas em termos do impacto do casamento e da maternidade na sua participação no mercado de trabalho, traduzidos numa ausência de impacto do casamento e num impacto inicialmente positivo, aquando do primeiro filho, da maternidade. Numa segunda fase, procurou-se identificar e verificar a relevância de um conjunto de potenciais fatores associados ao casamento e à maternidade, no sentido de melhor compreender os mecanismos inerentes ao impacto distintivo destes aspetos na participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal. Ainda que, em alguns casos mais do que noutros, estes se tenham revelado informativos, não apresentam qualquer influência excecional no caso português que permita acomodar as diferenças relativamente aos demais países da Europa do Sul.

O facto de outros estudos, de natureza qualitativa, corroborarem os resultados aqui obtidos numa abordagem micro, e embora as explicações, também elas de natureza qualitativa, para os mesmos não sejam passíveis de validação através das abordagens quantitativas aqui desenvolvidas, são explicações que remetem para a importância do 25 de Abril, importância essa sinalizada na abordagem macro aqui proposta.

Estes resultados sugerem assim que a participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal, ainda hoje, é, também ela, uma herança de *Abril*.

Referências

André, I. M., e P. A. Feio (2000). "Development and equality between women and men in the Portuguese labour market", in M. J. González, T. Jurado e M. Naldini (eds.), *Gender inequalities in Southern Europe – women, work and welfare in the 1990's*, 54-71, Franj Cass, Londres.

Arellano, M., e O. Bover (1994). "Female labour force participation in the 1980's; the case of Spain", *Documento de Trabajo*, 9247, Banco de España.

- Caillods, F., e M. A. Rocha (1988). “Education et emploi des femmes au Portugal: une évolution contrastée”, *Rapport de recherche de l’IIPE*, 70, UNESCO, Paris.
- Carreiras, H. (1998). “Women, work and the family: Portugal and Western European Societies in Comparison”, *EUI Seminar Paper*.
- CGTP-IN (1998). *O longo caminho para a igualdade: algumas referências sobre a situação das mulheres ao longo dos tempos*, CGTP-IN, Lisboa.
- Charlier, E. (1994). “A smoothed maximum score estimator for the binary choice panel data model with individual fixed effects and application to labour force participation”, *Center for Economic Research Discussion Paper*, 9481, Universidade de Tilburg.
- Colombino, U., e B. De Stavola (1985). “A model of female labour supply in Italy using cohort data”, *Journal of Labour Economics*, 3, 1, S275–S292.
- Costa, D. L. (2000). “From mil town to board room: the rise of women’s paid labor”, *Journal of Economic Perspectives*, 14, 4, 101-122.
- Cousins, C. (2000). “Women and employment in Southern Europe: the implications of recent policy and labour market directions”, *Southern European Society and Politics*, 5, 1, 97-122.
- Daly, M. (2000). “A fine balance: women’s labor market participation in international comparison”, in F. W. Scharpf e V. A. Schmidt (eds.), *Welfare and work in the open economy – diverse responses to common challenges*, vol. II, 462-510, Oxford University Press.
- Dalton, P. J., e G. H. Makepeace (1990). “Modelling female labour force participation and the choice of occupation: an empirical study of the supply of female entrants to teaching”, *Labour Economics Unit Research Paper*, 6, Universidade de Hull.
- Iglesias, F. H., e Michelle Riboud (1985). “Trends in labor force participation of Spanish women; an interpretative essay”, *Journal of Labor Economics*, 3, 1, S201–S217.
- Jacobsen, J. P. (1998). *The Economics of Gender*, 2nd ed., Blackwell, Oxford.
- Killingsworth, N. R., e J. J. Heckman (1986). “Female labour supply: a survey”, in O. Ashenfelter e R. Layard (eds.), *Handbook of Labor Economics*, Vol. I, Chapter X, 103-204, Elsevier.
- Lázaro, N., M. L. Moltó, e R. Sánchez (1997). “Women’s labour force participation and part-time work in Spain”, *Labour*, 11, 3, 449-468.
- Marques, A. C. L., e P. T. Pereira (1995). “A oferta de trabalho feminino na Europa”, in ISEG-UTL (ed.), *Ensaio em Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, 789-803, ISEG-UTL, Lisboa.
- Martins, M. F. O. (2001). “Parametric and semiparametric estimation of sample selection models: an empirical application to the female labour force in Portugal”, *Journal of Applied Econometrics*, 16, 23-39.
- Nunes, M. J. (1990). “A economia portuguesa; anos 60 – anos 90”, *Documentos do IESF*, 1, 30-49, Espaço Atlântico – Formação Financeira, AS, Lisboa.
- Phipps, S. A. (1993). “Determinants of women’s labour force participation: an econometric analysis for five countries”, *LIS working paper*, 99.
- Rodrigues, M. J. (1985). “O mercado de trabalho nos anos 70: das tensões aos metabolismos”, *Análise Social*, 3, 21, 87-88-89, 679-733

Silva, P. A. (2002). “O modelo de welfare da Europa do Sul – reflexões sobre a utilidade do conceito”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 38, 25-59.

Torres, A. C. M., Cabrita, T. L. Monteiro, e F. V. Silva (2001). “Men and women between family and work in Portugal”, *WORC report*, 01.02.005, Tilburg.

Wall, K., S. Aboim, V. Cunha, e P. Vasconcelos (2001). “Families and informal support networks in Portugal; the reproduction of inequality”, *Journal of European Social Policy*, 11, 3, 213-233.

